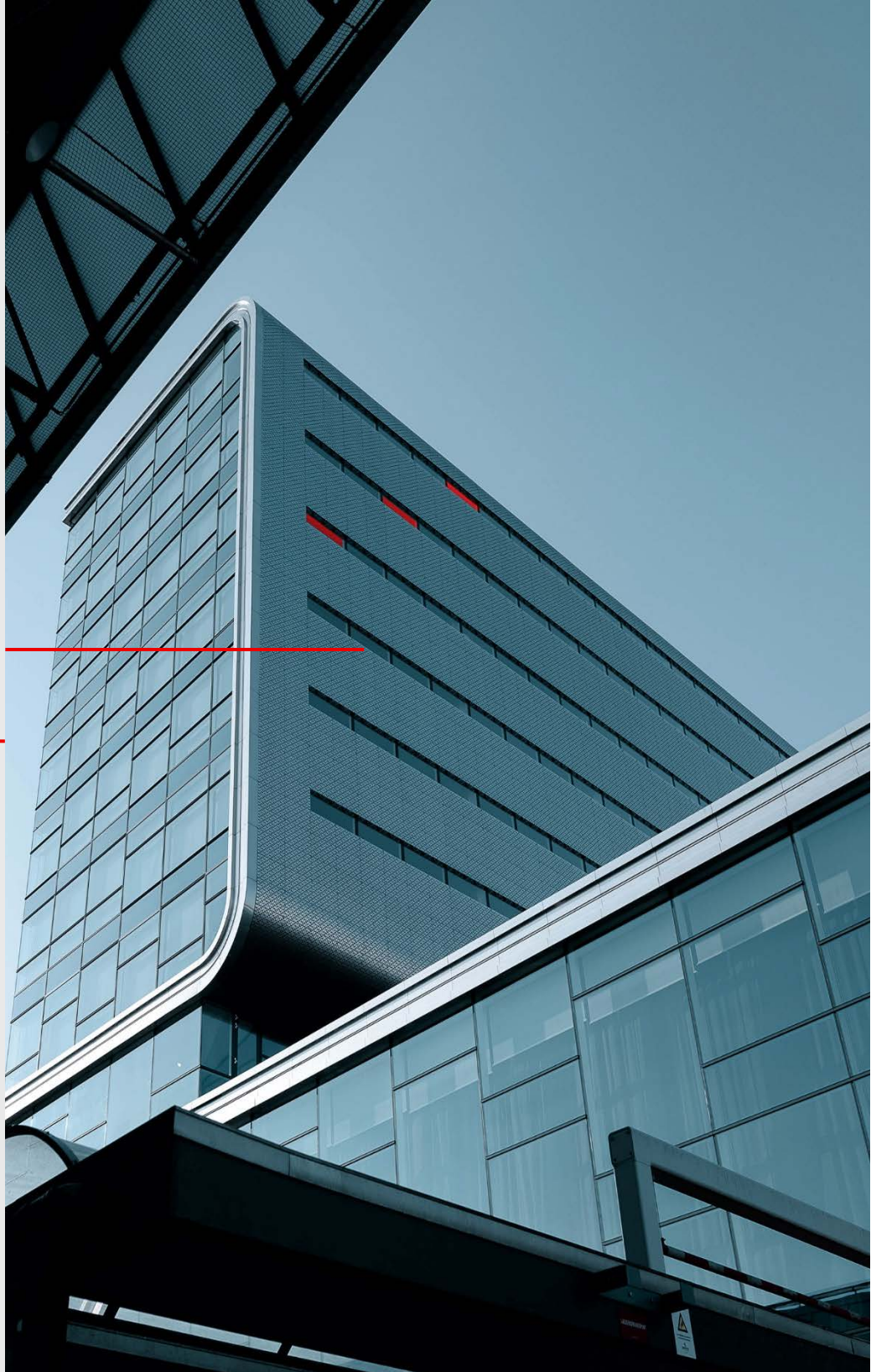


Relatório de Gestão

31 dezembro 2023



Santander Asset Management

Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2. ORGÃOS SOCIAIS	4
3. PRINCIPAIS INDICADORES DE EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	5
4. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO	7
5. ALTERAÇÕES REGULAMENTARES	16
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E CONTROLO DE RISCOS	18
6.1. DESTAQUES DO ANO 2023	20
7. FACTOS RELEVANTES	22
8. PERSPETIVAS PARA 2024	22
9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	23
10. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	24
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	24
12. NOTA FINAL	25

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “SAM”), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- Gestão de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVMs);
- Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- Gestão e representação de organismos de investimento alternativo imobiliário (OIA Imobiliários);
- Gestão de organismos de investimento alternativo em valores mobiliários (OIAVM) e
- Gestão de organismos de investimento alternativo (OIA), nomeadamente fundos de capital de risco.

Atualmente, a Sociedade não gere fundos de capital de risco, no entanto está autorizada por parte do regulador para o fazer.

O ano de 2023 ficou marcado pela recuperação dos mercados financeiros, com a inflação alta e a preferência dos investidores sobre os produtos de obrigações e de mercado monetário.

Ao longo de todo o ano de 2023, a SAM participou em várias iniciativas com a rede comercial e com a área de *Private Banking* do Banco, por forma a consolidar as subscrições líquidas. Neste sentido, foi um ano muito positivo, em que a SAM ganhou quota em relação aos seus pares, como se tinha proposto e alcançou a terceira posição, com vendas líquidas positivas em fundos, no valor de 312 milhões de euros, cerca de metade do total do mercado em 2023.

O aumento do volume sob gestão, essencialmente em fundos de investimento por via dos produtos de obrigações, impactou o volume de comissões face ao orçamentado, uma vez que a Sociedade tinha desenhado, para o exercício aqui narrado, um orçamento extremamente ambicioso e com um *mix* de vendas com maior peso em produtos mistos.

Durante o ano, a SAM manteve também a comunicação com a rede comercial do Grupo Santander, através do canal SAM Conecta, plataforma que promove uma conexão direta e acesso a todas as informações de gestão de ativos.

Cumprindo com as suas responsabilidades sobre clientes e acionista, a Sociedade acautelou sempre os riscos financeiros, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e a gestão de risco de liquidez e as exigências regulatórias e em matérias ASG.

2. ORGÃOS SOCIAIS

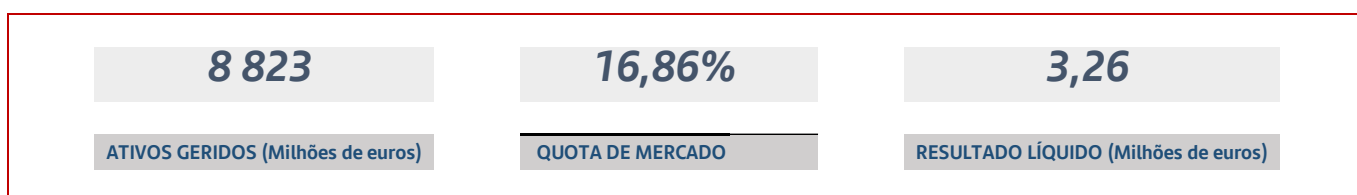
Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2022/2024	
Presidente	António Terra da Motta
Secretário	Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

Conselho de Administração – Mandato 2022/2024	
Presidente	Nuno Miguel de Oliveira Henriques
Vogal	Luís Manuel Matos Figueiredo (com funções executivas)
Vogal	Diego Ruiz Reija (não executivo)
Vogal	Amaya Lacabe Martinez (não executivo)
Vogal Independente	Maria Otilia Gonçalves Mendeiros Casquilho (não executivo)

Conselho Fiscal – Mandato	
Presidente	José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt
Vogal	Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento
Vogal	Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2022/2024	
	PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues

3. PRINCIPAIS INDICADORES DE EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE



Fonte: APFIPP / SAM



	2023	2022
Balanço		
Ativo	12 525 410	16 085 704
Capital Próprio	8 769 614	12 504 997
Demonstração dos Resultados:		
Margem Financeira	223 388	2 928
Serviços e Comissões (líquido)	8 589 970	9 397 819
Outros resultados	(136 451)	18 975
Produto da atividade	8 676 907	9 419 722
Custos Operacionais	(4 454 667)	(4 240 559)
Amortizações e provisões	113 816	(12 091)
Impostos	(1 079 046)	(1 394 611)
Resultado Líquido do Exercício	3 257 010	3 772 461
Volume sob Gestão	8 822 944 496	8 108 749 439
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	37%	30%
Rentabilidade do Activo (ROA)	26%	23%
Cost to Income	51%	45%

Em 2023, o mercado de Fundos de Investimento Mobiliário ("OICVM") registou um aumento do volume sob gestão de 9%, a que corresponde 18 616 milhões de euros. Este aumento traduziu-se num crescimento da quota de mercado, por acréscimo das vendas líquidas, sobretudo em produtos de obrigações e de mercado monetário, mas também pelo ganho em mercado através da valorização dos ativos. A SAM gere vinte e dois fundos de investimento mobiliário ("OICVM" e "OIAVM"), sendo a sua quota de mercado de 16,86% em 2023. No final do ano, o volume de OICVM sob gestão da Sociedade é de 3 139 milhões de euros.

Em Portugal, o valor dos ativos sob gestão dos Fundos Imobiliários, em 2023, subiu para 11 827 milhões de euros (tinha sido de 11 042 milhões de euros em 2022). No ano de 2023, o valor líquido global dos Fundos Imobiliários geridos pela SAM diminuiu 28% para 206 milhões de euros, em resultado das reduções de capital, tendo a quota de mercado descido de 2,58% para 2,34%.

No que respeita ao mercado total dos Fundos de Investimento Imobiliário ("OIA Imobiliários"), em 2023, as rendibilidades na maioria dos fundos abertos mantiveram-se em valores acima dos 3%.

Na área de gestão de patrimónios, as carteiras sob gestão registaram uma diminuição de volume de cerca de 3%, totalizando 25 073 milhões de euros no final do ano de 2023. A Sociedade conseguiu, no entanto, aumentar a quota de mercado de 21,19% em 2022 para 21,65% em 2023, com um aumento de 6% nos ativos sob gestão, para 5 478 milhões de euros.

Volumes (euros)	2023	2022	Variação	Nº Fundos / Carteiras
Fundos Mobiliários	3 139 498 315	2 637 500 346	19%	22
Fundos Imobiliários	205 657 689	284 799 964	-28%	3
Gestão Patrimónios (*)	5 477 788 492	5 186 449 129	6%	386
	8 822 944 496	8 108 749 439	9%	411

O total de ativos geridos passou de 8 108 749 439 euros, no final de 2022, para 8 822 944 496 euros, no final de dezembro de 2023. As comissões líquidas diminuiram 9%, na sequência do incremento da venda de produtos com menos comissão associada, como já referido.

Em resumo, face a 2022, o resultado líquido da Sociedade diminuiu 14% para o qual contribuiu a redução da margem bruta, por via da venda de produtos com menor comissão associada. Paralelamente, verificou-se um crescimento dos custos, acabando por fechar o ano em cerca de 2% acima do homólogo, que resulta essencialmente de maior volume de gastos gerais, com impacto do aumento da inflação e, em simultâneo, mais obrigações legais associadas em matérias de ASG.

4. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas amplas comparativamente com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota algo otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível global iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram o melhor início de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação subjacente na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma liquidação significativa de obrigações internacionais, com o *Global Aggregate Bond Index* da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do banco central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as taxas de rendibilidade a 2 anos atingiam um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um

intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os bancos centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhoras nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excepcional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em paraísos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra

de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um desempenho



excepcional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). Isto incluiu outros ativos de risco, o que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos bancos centrais causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-

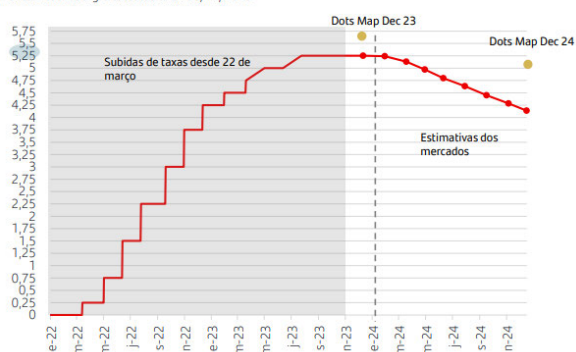
primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto *Brent* a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os bancos centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. Enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação subjacente manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação subjacente do índice de preços no consumidor (IPC) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação subjacente na Zona Euro manteve-se em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo

EUA: Futuros das taxas dos Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



do pico de 5,7% registado em março.

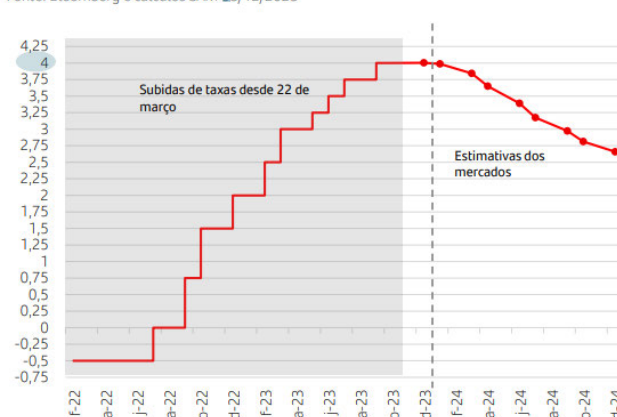
O aumento da inflação exigiu que os bancos centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois aumentos das taxas para o saldo de 2023.

O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos bancos centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros bancos centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Taxa de depósito baseada em Forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se seguiu a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, registou o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, já o STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos

	2023	2024e
PIB EUA	2,40%	1,40%
Inflação EUA	4,20%	2,90%
PIB Zona Euro	0,50%	1,20%
Inflação Zona Euro	5,60%	3,30%
PIB Portugal	2,10%	1,50%
PIB Espanha	2,20%	1,70%
PIB China	4,90%	4,00%

rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento

económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excecionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma

perspetiva muito superior às expectativas, aumentado em +189.5% até à data.

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

No entanto, é importante notar que o S&P 500 igualmente ponderado não teve um desempenho tão bom quanto sua contraparte padrão, devendo-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho positivo tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

O segundo semestre começou negativo para os mercados. O *selloff* de obrigações no início de agosto, conduzindo as *yields* ao seu nível mais elevado dos últimos anos, foi o principal acontecimento, tendo a *yield* da dívida norte-americana a 10 anos atingido 4,36%. Esta subida foi alimentada pelas *yields* reais estando a afetar significativamente a economia real com os juros pagos pela habitação.

O *selloff* não teve causa específica, mas foi influenciado pela diminuição de *rating* dos EUA de AAA para AA+ pela Fitch. A preocupação crescente com o défice orçamental dos EUA solidificou a ideia de que as taxas se iriam manter mais altas por mais tempo.

Em Jackson Hole, Jerome Powell teve um tom muito menos agressivo do que no ano anterior, dissipando as preocupações sobre aumentos radicais de taxa. O inquérito *JOLTS* revelou que o mercado de trabalho continuou a arrefecer, com a taxa de demissões a regressar à sua taxa pré-pandémica de 2,3% e o número de vagas a cair para o seu nível mais baixo desde março 2021.

Fora dos EUA, as perspetivas económicas continuaram aquém do esperado, com o *PMI* composto da Zona Euro a recuar para 47,0, pior do que o previsto e no nível mais baixo desde final de 2020. Contudo, a leitura *flash* da inflação para a Zona Euro ainda está nos +5.3%, influenciada pelo aumento do preço do gás natural na Europa (+ 23,5% no mês), devido a uma possível greve nas instalações de GNL na Austrália.

A economia chinesa continuou a causar preocupação, provocando quedas no Shanghai Composite de -6,3%. Em parte, motivado por dificuldades no sector imobiliário, também o aumento homólogo das vendas a retalho e da produção industrial diminuiu para +3,7% e +2,5%, respetivamente. Como resposta, o Banco Popular da China reduziu a taxa da sua facilidade de crédito a médio prazo.

As obrigações e as ações recuperaram no fecho de agosto à medida que se generalizou o otimismo renovado sobre o *soft landing*. A inflação *core* também ajudou à recuperação com junho e julho a mostrarem a menor subida desde fevereiro de 2021. O S&P 500 (-1,6%) e o NASDAQ (-2,1%) estagnaram após 5 meses de subidas, continuando com +18,7% e +34,9%, desde início do ano. O Hang Seng (-8,2%) teve um dos seus piores meses (-4,4%) enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 anulou os ganhos do mês anterior com -2,5% e o Eurostoxx 50 lateralizou (-0,42%).

No terceiro trimestre, apenas 11 de 38 classes de ativos financeiros estavam em território positivo, e em setembro apenas 7 tiveram comportamentos positivos, o que fez deste o pior mês de 2023. As quedas tiveram várias causas, mas a mais importante foi a sensação crescente de que os bancos centrais iriam provavelmente manter as taxas de juro mais elevadas durante mais tempo, a par de um aumento de \$20/barril do petróleo durante o trimestre. As perdas também contribuíram para a reputação de setembro como o pior mês para os mercados financeiros nos últimos anos. De facto, foi o quarto ano consecutivo em que o S&P 500 e o STOXX 600 registaram quedas em setembro, bem como o 7º ano consecutivo em que o agregado global de obrigações da Bloomberg registou uma queda no mês.

No que diz respeito aos ativos financeiros, a maior história do terceiro trimestre foi a correção das obrigações de longo prazo. A *yield* a 10 anos do Tesouro norte-americano terminou o trimestre com uma subida de +0,735% para 4,57%, valores que não se verificavam desde 2007, enquanto a *yield* do *bund* alemão a 10 anos subiu +0,448% para 2,84%, o que não se registava desde 2011.

Entretanto, também se verificou uma atenção crescente aos persistentes défices orçamentais norte-americanos e que impacto teriam nas taxas, sobretudo depois de a Fitch Ratings ter baixado a notação de crédito dos EUA em agosto, de AAA para AA+.

Este enquadramento levou a um fraco desempenho das ações, com o S&P 500 e o Eurostoxx 50 a cair -4,8% e -2,71% respetivamente. Este foi o pior mês do ano até à data para o índice norte americano e deixando-o com uma queda de -3,3%. No entanto, manteve-se positivo desde início do ano, com um ganho de +13,1%. Não obstante, estes movimentos não alteraram as expectativas de mercado para a política monetária da Reserva Federal e BCE.

O mês de outubro foi de novo fraco para os mercados e dominado, principalmente, pelo ataque do Hamas a Israel e consequente retaliação. A preocupação dos investidores centrou-se na possibilidade de alargamento do conflito a outros países do Médio Oriente e consequentes impactos em vários ativos importantes. Houve um impacto imediato no preço do *crude* e do ouro (+7,5% e +7,3% respetivamente) tendo corrigido no final do mês.

O outro grande foco do mês recaiu na resiliência da economia norte-americana, que não só adicionou mais 336 mil empregos como continua com pressões inflacionistas no preço médio do consumidor *core*, que adicionou mais 0,32%, um máximo nos últimos 5 meses. Dado isto, os futuros começaram a descontar uma probabilidade de 41,5% de subida de juros para a reunião da FED de janeiro 2024.

O impacto desta resiliência deu-se, sobretudo, nas *yields* das obrigações soberanas norte-americanas. A *Yield* a 10 anos subiu pelo sexto mês consecutivo - fechando nos 4,93%, tendo até chegado a ultrapassar o máximo histórico de 2007 de 5%- , o que transpareceu para a economia real com os empréstimos a habitação a 30 anos a apresentarem taxas fixas de 7,9%, o valor mais alto desde o ano 2000.

Em sentido contrário, os dados europeus foram muito mais fracos no mês, com a primeira estimativa do PIB da Zona Euro no terceiro trimestre a registar uma contração de -0,1%, o pior desempenho desde o segundo trimestre de 2020. No entanto, este ponto trouxe a boas notícias do lado da inflação, com o valor anual em outubro a cair para +2,9%, o mínimo dos últimos de dois anos, o que impulsionou as obrigações soberanas da Zona Euro, com ganhos de 0,4%.

As subidas de taxas apontaram também para quedas nos mercados acionistas, com o S&P500 a cair -2,1% - sendo a primeira vez que existe uma terceira queda consecutiva mensal desde março 2020 - e o Eurostoxx 600 com perdas de -3,6%. Os mercados emergentes também foram afetados, com o índice MSCI EM a registar -3,9%. Já do lado das obrigações, os ligeiros ganhos do lado europeu (*bunds* +0.3%, *OATs* +0.2% e *BTPs* +0.6%) contrastaram com as perdas no lado americano com declínios de -1.3%.

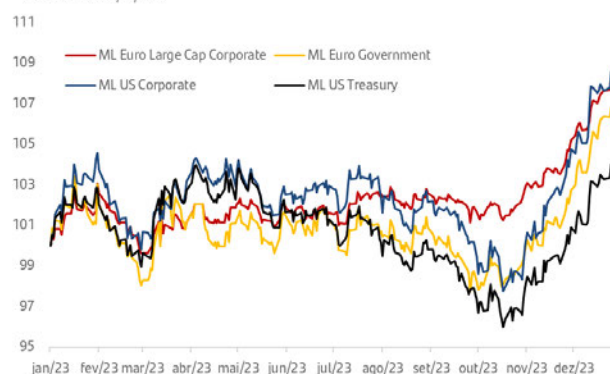
Em sentido inverso aos meses anteriores, novembro trouxe de novo a especulação sobre um *pivot* da FED devido à crescente confiança dos investidores de que se chegaria ao final do ciclo de subidas de taxa de juro. A recuperação dos mercados arrancou no início do mês após a última reunião da FOMC - onde foi dito que as condições financeiras tinham restringido "significativamente" - e foi depois apoiada com a surpresa na inflação dos EUA com o IPC global a subir apenas +0,04% e o *core*

com uma ligeira subida de 0,23%. Subsequentes discursos da FED e uma revisão em alta do PIB dos EUA (+5,2%) adicionaram ainda mais entusiasmo, levando os mercados a aumentar as expectativas de cortes de taxa em maio.

As boas notícias significaram um resultado excepcional das obrigações com a *yield* do *treasury* dos EUA a 10 anos a cair de 4,93% para 4,33%, o maior declínio desde julho 2021. Do lado do BCE, as obrigações soberanas da Zona Euro ganharam +3,0% e os *bunds* +2,6%. Isto levou os investidores a descontar cortes de taxa já em abril do ano que vem, resultando no melhor resultado do Índice Global de Obrigações da Bloomberg desde a grande crise financeira de 2008, subindo +5,04%.

As obrigações em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



O apetite de risco também subiu, com o S&P 500 a quebrar as perdas dos meses anteriores com uma subida de +9,1% em retornos totais, e o NASDAQ subir até +10.8%, devido às subidas do setor tecnológico. Por outro lado, o índice de volatilidade VIX teve a maior queda desde o ano passado. As ações europeias também tiveram subidas acentuadas com o Eurostoxx 50 a subir +7,91%. Esta recuperação também apoiou o crédito empresarial (EUR IG +2,3% e USD IG +5,5%) com os *spreads* de *Investment Grade* a contraírem para 1,04%.

Os preços da energia continuaram a cair mesmo depois de anúncio de cortes de produção da OPEC (Brent -5,2%). Em oposição, o ouro atingiu máximos de 6 meses (+2.6%, \$2,036/oz.)

Depois de um novembro com retornos históricos para os mercados, sendo os cortes de taxa de juro por parte dos bancos centrais o tema dominante, dezembro conseguiu superar o desempenho do mês anterior, com parte do choque monetário de 2022 a ser revertido no período. O índice de obrigações globais obteve ganhos de +4,2% no mês, terminando o ano com um retorno, desde o início do mesmo, de +5,7%. Um resultado extremamente inesperado dado o comportamento destes ativos no fim de outubro. As restantes obrigações também continuaram o excelente desempenho, com as obrigações a 10 anos norte-americanas a terem ganhos de +3,5% e as obrigações empresariais USD com ganhos de +4,0%, enquanto as obrigações soberanas europeias subiram 3,7% e as obrigações empresariais EUR a terem um desempenho de +2,8%.

No que respeita às ações, o final do ano também trouxe subidas significativas, levando o S&P500 a ter ganhos de +4,5% e o Nasdaq a apreciar +5,6%. Do lado europeu, o Stoxx 600 subiu +3,9% no mês, sendo que os únicos resultados negativos vieram da china com o Shanghai Composite a perder -1,7%. Nas matérias-primas, o petróleo *brent* continuou a tendência de descida devido à fraca procura, terminando o ano a perder -10,3%.

Em suma, 2023 foi um ano de recuperação extraordinária após um 2022 de má memória, tendo os mercados registado valores bastante atrativos para os investidores. O S&P 500 teve uma subida de +26,3%, o STOXX 600 de +16,6% e o índice MSCI World de +24,4%. As ações tecnológicas foram as que mais se destacaram em termos sectoriais, com o NASDAQ a registar uns impressionantes +44,7%, enquanto o índice dos 7 magníficos (Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla) tiveram um dos melhores desempenhos de qualquer ativo financeiro em 2023, subindo +107%.

Fonte: Deutsche Bank Early Morning Reid: December, Q4 and 2023 Performance Review

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023, principalmente devido ao dinamismo das exportações, na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação, excluindo estes bens, foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações de março do

Banco de Portugal. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

No primeiro trimestre, a economia portuguesa desacelerou resultado de uma retração mais marcante das exportações de bens e serviços, que superou a dinâmica da procura interna. Em termos homólogos, o produto interno bruto aumentou ainda 1,9%. O indicador de clima económico continuou a tendência de desaceleração, tendo registado um mínimo em novembro. O indicador de sentimento económico, por outro lado, continuou negativo, tendo melhorado dos mínimos do segundo e terceiro trimestres.

O consumo privado recuperou no 3T após uma contração inesperada no trimestre anterior. Uma explicação para a recuperação foi a despesa em bens alimentares, bem como a despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. No entanto, o consumo privado cresceu apenas 0,9%, abaixo do PIB, e os efeitos da inflação e das taxas de juro elevadas foram dissipados tendo a inflação desacelerado em termos homólogos. Contudo, a confiança dos consumidores voltou a diminuir em novembro, após a demissão do Primeiro Ministro António Costa e o anúncio da dissolução do Parlamento. Após dois trimestres de redução, o investimento recuperou no 3T23. Essa dinâmica foi fortemente explicada pela despesa de capital em material de transporte e propriedade intelectual. Dinâmica essa que se manteve no 4º trimestre, como demonstra a patente nas vendas de veículos comerciais. Os indicadores de investimento disponíveis, exceto os de material de transporte, permanecem em terreno negativo, indicando dinâmicas inconsistentes no 4T2023.

No final do ano as exportações de bens e serviços caíram. A evolução do setor industrial em toda a Europa, especialmente na Alemanha, foi acompanhada pelas exportações de bens. Por outro lado, as exportações de serviços contrastam com os principais dados do setor do turismo, como o aumento do número de hóspedes não residentes, das dormidas e dos proveitos do setor. As importações aumentaram, principalmente ao nível dos serviços e a avaliação da atividade nos mercados externos, bem como as perspetivas de procura externa para o setor industrial, permaneceram em terreno negativo.

Embora continue a refletir uma economia em pleno emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6.7%. O nível de emprego foi afetado ligeiramente pela redução da população ativa, justificado pelo fim dos empregos sazonais no setor de turismo. A taxa de desemprego registada no IEFP tem aumentado lentamente, mas ainda em mínimos, enquanto as oportunidades de emprego têm permanecido relativamente estáveis, embora abaixo das de há um ano. Ainda que a indústria tenha tido um crescimento moderado, as remunerações cresceram de forma significativa. Não obstante, os custos do trabalho diminuíram e convergiram

para o crescimento constante de cerca de 6% em termos homólogos na Zona Euro. Embora tenha revertido a redução mais significativa ocorrida durante o verão, a produção industrial continuou a diminuir nas indústrias química, pasta e papel e calçados. Apesar do encerramento temporário da AutoEuropa devido a problemas com o fornecimento de peças, o setor automóvel manteve-se estável (-0.5%) até final do ano.

O Estado foi o maior beneficiário do contexto de crescimento e de inflação, com um crescimento dos impostos diretos (+13.1% tvha a outubro), e dos indiretos (+6.4% tvha), em particular do IVA (+6.7%). As despesas do subsetor Estado, acumuladas a outubro, cresceram 3.5%, fruto da dinâmica ao nível da despesa corrente (+3.1%) e dos aumentos salariais e descongelamentos de progressões, na Função Pública (as despesas com pessoal cresceram 4.3%). Os encargos com o serviço da dívida cresceram apenas 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da subida das taxas de juro. O aumento constante das receitas fiscais, especialmente as indiretas relacionadas à resiliência da atividade económica e especialmente num ambiente de inflação elevada, tem superado o aumento das despesas públicas, resultando em um excedente orçamental ao nível do subsetor do Estado. Uma das razões para a mudança de remuneração foi o crescimento explosivo dos Certificados de Aforro (+113% YoY), que liderou o crescimento homólogo de 2.7% da dívida pública direta do Estado em outubro de 2023. A dívida pública era de 107,2% do PIB no final do 3T23. Com a descida dos preços da energia e a reversão de fatores ainda relacionados à pandemia, a taxa de inflação continua a desacelerar, situando-se em 1.5% em novembro. A inflação subjacente, que abrange alimentação e energia, desacelera mais lentamente e está em 2,9 por cento.

A reversão dos efeitos de base e a reposição do IVA na alimentação podem levar a uma aceleração da inflação nos próximos meses. Até setembro, a balança de bens e serviços teve um excedente maior, devendo-se ao aumento do saldo da balança de serviços, que atingiu um máximo histórico. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações de bens diminuíram 1%, enquanto as importações diminuíram 2.5% permitindo uma ligeira redução do défice da balança de bens.

Fonte: Boletim Económico Banco de Portugal (meses de Agosto e Dezembro 2023); Banco Santander Totta : Gabinete de Estudos Económicos e Relações com Investidores | Portugal Dashboard económico Evolução e Tendências 2023)

5. ALTERAÇÕES REGULAMENTARES

O ano 2023 foi claramente marcado pelas necessárias adaptações da atividade da Sociedade ao novo Regime da Gestão de Ativos (RGA), com impactos sobre as Sociedades Gestoras e os OIC e carteiras de mandato de gestão discricionária.

A 28 de abril de 2023 foi publicado o Decreto-Lei n.º 27/2023, que aprovou o RGA, com entrada em vigor a 28 de maio de 2023 e que revogou o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC) e o Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado (RJGRESIE). O RGA veio prever uma revisão transversal e integrada destes anteriores diplomas, com o objetivo de criar um quadro jurídico unitário e uniformizado. As sociedades gestoras (SG) e os organismos de investimento coletivo (OIC) regulados pelo RGOIC (e pelo RJGRESIE) dispuseram de um prazo máximo de 180 dias a contar da entrada em vigor deste último, ou seja, até ao dia 24 de novembro de 2023 para adaptação ao RGA.

Desta forma, com a publicação do RGA, a Sociedade priorizou a análise cuidada e aprofundada do novo Regime, de modo a identificar todas as alterações que terão de ser promovidas, quer ao nível da entidade, quer dos OIC e Carteiras geridos.

Ficou pendente até ao final do ano a publicação da regulamentação do RGA (RRGA), o que ocorreu por força da aprovação do Regulamento CMVM nº 7/2023, de 29 de dezembro, prevendo um período de transição de 6 meses. Esta regulamentação importará um esforço adicional no primeiro semestre de 2024 para adaptação da atividade da Sociedade e dos OIC sob gestão às novas disposições, novos reportes e novos modelos de documentos constitutivos.

Por outro lado, a Sociedade prosseguiu com o Plano de Ação para as Finanças Sustentáveis, desenvolvendo a estratégia de investimento sustentável e responsável comum ao nível corporativo (Grupo Santander), assente na abordagem da relevância e consideração de aspetos ASG (ambientais, sociais e de *governance*), enfrentando o desafio cada vez maior quando se fala em reporte de sustentabilidade.

Foram aprovadas versões atualizadas das políticas internas de Investimento Sustentável e de Sustentabilidade, bem como da Política de Voto, claramente relacionadas com as estratégias ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Neste âmbito, a Sociedade deu ainda cumprimento às publicações e divulgações exigíveis, quanto a transparência dos impactos negativos para a sustentabilidade a nível da entidade.

Do ponto de vista operacional, o ano 2023 foi de implementação e melhor desenvolvimento da metodologia de análise própria, com maior esforço de recolha de informação, para a avaliação sobre o desempenho ASG (classificação/rating ASG) dos ativos que integram ou podem integrar as carteiras dos OIC e as carteiras sob mandato de gestão da Sociedade.

As equipas envolvidas na implementação do Projeto Investimento Socialmente Responsável (ISR) estiveram empenhadas na recolha e tratamento dos dados e informações indispensáveis para instruir a elaboração de todos os documentos de divulgação de informação pré-contratual e pós-contratual e ainda informação, quanto à integração dos riscos em matéria de sustentabilidade e à consideração dos impactos negativos para a sustentabilidade nos seus processos de decisão de investimento, tal como previsto no Regulamento SFDR e demais regulamentação complementar, sempre com o propósito de assegurar o efetivo cumprimento das obrigações de divulgação de informação dentro dos prazos legais.

Durante o ano 2023, vários dos OIC sob gestão mereceram alterações às respetivas políticas de investimento no sentido de permitir a respetiva categorização como produtos Artigo 8º do Regulamento UE nº 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 (Regulamento SFDR) e demais regulamentação complementar.

Em 31 de Dezembro de 2023, 14 dos OIC sob gestão assumiam já a categorização de produtos que promove, de entre outras, características ambientais ou sociais, ou uma combinação destas características, e, por isso, enquadráveis no Artigo 8º do Regulamento SFDR.

Em 2023, as áreas de Marketing e Produto e de Riscos & Compliance da Sociedade estiveram igualmente concentradas no desenvolvimento do Projeto de implementação do pacote legislativo PRIIPs que se dirige a promover os interesses dos investidores de retalho (*Retail investment package*), designadamente a preparação e atualização dos DIF/KID a disponibilizar, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva divulgação (divulgações pré-contratuais).

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E CONTROLO DE RISCOS

Foi um ano com vendas líquidas muito positivas, sobretudo em fundos de obrigações e de tesouraria e com efeito de mercado igualmente positivo, o que colocou os volumes em mais 9% face ao homólogo. Para a variação positiva total, o efeito de mercado teve um impacto de cerca de 76%.

Face ao período homólogo, as comissões líquidas variaram negativamente em cerca de 9%, por via do mix de produtos vendidos. Este facto teve também impacto sobre a redução da margem bruta. Verificou-se um acréscimo dos custos face ao homólogo, por efeito da atividade normal e regulatória da sociedade e com impacto da inflação.

Os diferentes procedimentos implementados pela Sociedade para a monitorização de riscos realizaram-se com as periodicidades definidas nos manuais de procedimentos e nos Service Level Agreement acordados com a entidade subcontratada, Santander Asset Management SA, SGIIC ("SAM SGIIC").

A possibilidade de monitorizar os limites internos em tempo real com recurso à aplicação Aladdin, através da definição do apetite de risco de cada produto, permitiu uma maior robustez na monitorização efetuada pela segunda linha de defesa da Sociedade.

O seguimento periódico efetuado, nomeadamente no que respeita à gestão do risco de liquidez, o exercício de *time to cash*, o seguimento de ativos menos líquidos e a realização de *stress test* trimestrais, evidenciaram que todos os fundos apresentam resultados que permitem afastar situações de potencial iliquidez.

O exercício de *time to cash* permitiu aferir, a todo o momento, a proporção de cada carteira que é transformável em liquidez em determinado horizonte temporal, não se tendo identificado situações de potencial risco.

A aplicação de uma política de segmentos de rating, de acordo com o perfil de risco de cada carteira, assegurou a dispersão do risco dos emissores selecionados e permitiu a minimização de impactos no caso de ocorrer a degradação da qualidade creditícia de um emissor que não tenha sido antecipada.

Durante o ano de 2023, a Sociedade continuou a gerir um conjunto de procedimentos de monitorização dos riscos das carteiras sob sua gestão, incluindo o risco de liquidez, que executa de forma a efetuar uma gestão prudente dos mesmos e rege-se por um sistema de controlo interno, assente no envolvimento das diferentes linhas de defesa e dos órgãos de governo interno, dos quais se destacam as reuniões do Conselho de Administração e os Comitês de Riscos e de *Compliance*.

A Sociedade manteve um acompanhamento regular e apertado sobre o impacto do cenário macroeconómico na sua solvabilidade.

Por outro lado, os seus rácios de rentabilidade do Capital Próprio e do Ativo aumentaram ligeiramente.

Em 2023, a SAM, como já referido, manteve o seu esforço para a sustentabilidade, continuando a transformar a sua oferta de produtos. Para isso, foram aplicados e avaliados critérios financeiros e não financeiros com o objetivo de integrar a sustentabilidade nos investimentos das várias carteiras. Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de Governance, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde investe em relação à sua sustentabilidade financeira, social e ambiental; e tendo em consideração, as características "ASG" (Ambientais, Sociais e Governance).

O ano de 2023 foi também marcado pelas adaptações da atividade da Sociedade às exigências legais e regulamentares. Em termos das normativas PRIIPs e SFDR, foi adequada toda a documentação legal dos fundos de investimento. Cerca de 64% são agora artigo 8º.

Visando a contínua melhoria na qualidade do serviço, o portal SAM Conecta continuou a ser uma aposta constante. Foram reforçados e melhorados os relatórios diários que visam manter os seus utilizadores atualizados, relatórios semanais sobre fundos de investimento, estratégias do momento e notas de mercado especiais.

Foram lançados três novos produtos em 2023, os Objetivos I, II e III (ver seção 7) cujo objetivo foi satisfazer as necessidades dos clientes com um perfil de risco conservador, que pretendam aplicar o capital numa ótica de médio prazo. Para os clientes o que se pretende é ter acesso a uma carteira diversificada de ativos que pretendem proporcionar uma distribuição de rendimentos anual, sujeita à capacidade financeira dos emitentes e de acordo com a sua própria política de investimento.

Por sua vez, nos fundos de investimento imobiliário, a Sociedade manteve a sua estratégia de desinvestimento, com a alienação de ativos e reduções de capital.

6.1. DESTAQUES DO ANO 2023

Organismos de Investimento Mobiliário:

FUNDOS	DESTAQUES
Obrigações Curto Prazo	Entradas recorde no fundo em 2023 (+370M) Pela primeira vez com rating médio de A-, fruto da subida das yields nos emitentes core da zona Euro
Santander Multicrédito	Entradas recorde em 2023 (+44M)
Santander Multi Estratégia	Alteração da filosofia de gestão e equipa de investimentos (AMUNDI), passando de uma estratégia Long/Short para uma estratégia flexível Long only com objetivo de retorno absoluto
Santander Rendimento	Alteração da filosofia de gestão, com a transformação da carteira do fundo num portfolio de obrigações com <i>overlay</i> de exposição a mercados acionistas e estratégias alternativas através de derivados
Gama Select e Private	Mudança na equipa de gestão, com a divisão a nível global entre gestão vs peers e gestão vs benchmark
Objetivos 2026 (I, II e III)	Lançamento do ano, com o objetivo de providenciar a possibilidade de garantia de yields com maturidade a médio prazo

Alocação de Ativos:

A equipa de alocação de ativos manteve uma postura conservadora em relação a *duration*, no decorrer do ano, tendo começado a aumentar este indicador no último trimestre de 2023.

Em termos de spread de crédito, as equipas de gestão privilegiariam *investment grade* em detrimento de *high yield* durante 2023.

No que toca a mercados acionistas, foi mantida uma visão construtiva ao longo do ano, com uma redução dos níveis globais no final de 2023, fruto da forte subida das últimas semanas.

OIA Imobiliários:

Nos fundos imobiliários, a Sociedade, após a venda de vários imóveis, procedeu a reduções de capital no valor total de 76,9 milhões de euros, no Novimovest FIIF no valor de 48,4 milhões de euros e no Lusimovest FII no valor de 28,5 milhões de euros.

FUNDOS	DESTAQUES
Novimovest	Em 2023, o foco residiu na alienação/arrendamento de ativos devolutos, melhorando assim a rentabilidade do fundo. Foram transacionados ativos no montante de 40,5 milhões de euros, dos quais 18,6 milhões de euros encontravam-se devolutos, o que representa uma redução de 39% de imóveis devolutos em carteira. Destaca-se a venda de ativos como Ex-Instalações SIC, em Carnaxide, 14 lotes de terreno no Loteamento da Bica em Torres Novas e dois campos de Golf e lote de terreno inseridos no complexo denominado "Vila Sol" no Algarve.
Lusimovest	À semelhança do Fundo Novimovest, o foco também residiu na alienação de ativos devolutos, bem como, na concretização da venda do "complexo" denominado "Vila Sol", composto por unidade hoteleira e dois campos de Golf, com 18 e 9 buracos. Foram transacionados ativos no montante de 29 milhões de euros, dos quais 4,8 milhões de euros encontravam-se devolutos. A destacar a operação mais importante, e até ao momento da sua venda, a maior realizada em Portugal, em 2023, até então, do Hotel "Vila Sol".
Imorent	Fundo com uma rentabilidade positiva de 4,13%, fruto dos arrendamentos concretizados, faltando somente arrendar um ativo.

PRÉMIOS

Na reconhecida cerimónia de entrega dos prémios "Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP", o fundo contemplado para a categoria de "Melhor Fundo Curto Prazo" em 2023 foi o Popular Obrigações de Curto Prazo, um produto da responsabilidade da Santander Asset Management, gerido por Paula Megia.

Destaque também para o Fundo de Pensões do Santander em Portugal que foi distinguido, pelo terceiro ano consecutivo, com o prémio de "Melhor Fundo de Pensões em Portugal 2023" pela prestigiada revista britânica IPE - Investments & Pensions Europe, no âmbito do evento IPE Conference & Awards 2023.

Por último, o fundo Santander Acções América lidera a lista dos fundos nacionais com melhor rentabilidade em 2023. As ações de tecnologia, ações norte-americanas e ações globais que foram as mais penalizadas em 2022, tiveram uma forte recuperação em 2023 e os fundos que investem nestas classes e setores, foram também os mais rentáveis durante o ano de 2023.

OUTRAS ALTERAÇÕES

Na componente da gestão de patrimónios, a extinção do Fundo de Pensões Banif ocorreu em 31 de outubro de 2023, com a fusão no Fundo de Pensões Banco Santander Totta.

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo BD Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo CD Secção B.

7. FACTOS RELEVANTES

Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Sociedade e o seu impacto foi moderado, quer por efeito das subidas das taxas de inflação, quer pela valorização do mercado.

Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.

8. PERSPETIVAS PARA 2024

Estabilização dos Mercados Financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada

pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

Assim, a SAM continuará a encontrar soluções de investimento que procurem adaptar-se às condições do mercado, e que sejam simultaneamente inovadoras, como produtos que invistam em empresas tecnológicas, que serão o futuro da economia, ou soluções de investimento que cumpram os critérios de investimento ASG.

Em 2024, a Sociedade vai continuar a trabalhar no sentido de desenvolver a gama de produtos que promovam características sociais e ambientais e espera assim conseguir transformar mais uma parte da gama de fundos para que passem a incorporar na gestão critérios ASG.

A Sociedade pretende continuar a ganhar quota de mercado e a manter-se a terceira maior entidade gestora de OICVM.

As transformações continuarão a ter por base um projeto global, levado a cabo com a missão de transformar a SAM numa empresa global, mais ágil, mais organizada e ainda mais eficiente. Pretende-se ainda consolidar a supervisão dos riscos.

9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A partir de 1 de janeiro de 2024, verificou-se a alteração da comissão de gestão do fundo Santander Obrigações Curto Prazo (classe A) de 0,5% para 0,6% a partir de 1 de janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023 que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e que devessem ser registados e/ou divulgados.

10. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade realiza uma análise e avaliação periódicas sobre os principais riscos financeiros existentes a que se encontra exposta no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de crédito é reduzida limitando-se ao Banco Santander Totta, aos fundos geridos e clientes de gestão de carteiras relativamente às comissões de gestão a receber. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber dos fundos geridos.

Por outro lado, a Sociedade considera ainda que não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a funding.

Tendo em conta a atividade que desenvolve, a Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De referir que aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta.

A Sociedade considera que não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente apenas na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes e que, por esta via, poderão afetar indiretamente os resultados da Sociedade.

Por último, a Sociedade entende que não se encontra exposta ao risco cambial. Os ativos da Sociedade, conforme referido acima, correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber e encontram-se denominados em euros.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe para aplicação 3 000 000 euros do resultado líquido do exercício de 2023, no total de 3 257 009,64 euros, para distribuição ao Acionista único. Os restantes 257 009,64 euros serão transferidos para resultados transitados.

A Reserva legal encontra-se devidamente acautelada e acima dos requisitos previstos no artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais não sendo, assim, aplicável qualquer dotação para este efeito. Adicionalmente, a distribuição do resultado não coloca em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.

12. NOTA FINAL

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

- Ao Banco Santander Totta, por todo o seu contributo e empenho;
- Aos colaboradores da Sociedade pela sua dedicação e esforço;
- Às entidades de supervisão, nomeadamente CMVM e à Associação do Setor, APFIPP, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade, conselho fiscal e revisor oficial de contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 7 de fevereiro de 2024

Nuno Miguel de Oliveira Henriques

Luis Manuel Matos Figueiredo

Diego Ruiz Reija

Amaya Martinez Lacabe

Maria Otília Gonçalves Mendeiros Casquilho

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	10 143 221	13 223 520
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		8 427	7 495
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4	302 458	302 554
Outros ativos tangíveis	5	24 801	35 074
Ativos intangíveis	5	-	-
Ativos de contratos com clientes	6	1 960 550	2 298 279
Outros ativos	7	50 800	69 940
Ativos por impostos correntes	8	35 153	148 842
Total do Ativo		12 525 410	16 085 704
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Passivos por impostos correntes	8	-	-
Provisões	9	1 334 398	1 464 575
Outros passivos	10	2 421 398	2 116 132
Total do Passivo		3 755 796	3 580 707
Capital	11	1 167 358	1 167 358
Prémios de emissão	12	1 379 680	1 379 680
Outros instrumentos de capital	13	-	-
Outras reservas e resultados transitados	13	2 989 895	6 217 434
Reservas de reavaliação	13	(24 329)	(31 936)
Resultado líquido do exercício		3 257 010	3 772 461
Total do Capital Próprio		8 769 614	12 504 997
Total do Passivo e do Capital Próprio		12 525 410	16 085 704

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Humberto Miguel Patrício Caldas

Nuno Miguel Oliveira Henriques

Luís Manuel Matos Figueiredo

Maria Otilia G. M. Casquilho

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	16	223 388	2 928
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		223 388	2 928
Rendimentos de serviços e comissões	17	14 977 374	16 206 899
Encargos com serviços e comissões	17	(6 387 404)	(6 809 080)
Resultados em operações financeiras		-	-
Resultados de reavaliação cambial		(5 915)	(2 818)
Outros resultados de exploração	18	(130 536)	21 793
Produto da atividade		8 676 907	9 419 722
Custos com pessoal	19	(1 879 565)	(1 814 565)
Gastos gerais administrativos	21	(2 575 102)	(2 425 994)
Depreciações e amortizações	5	(16 361)	(25 704)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	130 177	13 613
Resultado antes de impostos		4 336 056	5 167 072
Impostos sobre o rendimento	22	(1 079 046)	(1 394 611)
Resultado líquido do exercício		3 257 010	3 772 461
Resultados por ação			
Básicos	14	2,79	3,23
Diluídos	14	2,79	3,23

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Humberto Miguel Patrício Caldas

Nuno Miguel Oliveira Henriques

Luis Manuel Matos Figueiredo

Maria Otília G. M. Casquilho

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido do exercício		3 257 010	3 772 461
Itens ainda não reconhecidos na demonstração dos resultados			
Variações no justo valor dos ativos financeiros			
- Pelo justo valor através de outro rendimento integral	13	7 607	(28 691)
- Impacto fiscal		-	-
Total		7 607	(28 691)
Rendimento integral do exercício		<u>3 264 617</u>	<u>3 743 770</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Humberto Miguel Patrício Caldas

Nuno Miguel Oliveira Henriques

Luis Manuel Matos Figueiredo

Maria Otilia G. M. Casquilho

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Montantes expressos em euros)

Notas	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação			Reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	Por imposto diferido	Total de reservas de reavaliação	Reservas legais	Resultados transitados	Total de reservas e resultados transitados		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1 167 358	1 379 680	(3 245)	-	(3 245)	1 282 532	3 524 222	4 806 754	5 410 680	12 761 227
Aplicação do resultado de 2021:										
- Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 000 000)	(4 000 000)
- Transferência para Reservas e Resultados Transitados	-	-	-	-	-	-	1 410 680	1 410 680	(1 410 680)	-
Resultado integral do exercício	-	-	(28 691)	-	(28 691)	-	-	-	3 772 461	3 743 770
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1 167 358	1 379 680	(31 936)	-	(31 936)	1 282 532	4 934 902	6 217 434	3 772 461	12 504 997
Aplicação do resultado de 2022:										
- Pagamento de dividendos	13	-	-	-	-	-	(3 227 539)	(3 227 539)	(3 772 461)	(7 000 000)
- Transferência para Reservas e Resultados Transitados	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral do exercício	-	-	7 607	-	7 607	-	-	-	3 257 010	3 264 617
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1 167 358	1 379 680	(24 329)	-	(24 329)	1 282 532	1 707 363	2 989 895	3 257 010	8 769 614

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

 Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração

 Nuno Miguel Oliveira Henriques

 Luís Manuel Matos Figueiredo

 Maria Otília G. M. Casquilho

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de comissões, líquido		9 139 368	9 016 471
Pagamentos a fornecedores		(2 667 234)	(2 223 723)
Pagamentos ao pessoal, líquido		(1 513 490)	(2 039 501)
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas operações		4 958 644	4 753 247
Recebimentos/(pagamentos) de imposto sobre o rendimento	22	(965 359)	(2 166 527)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(298 339)	(440 609)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	[1]	3 694 946	2 146 111
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		231 091	2 066
Alienação/reembolso de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4	-	9 330
		231 091	11 396
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de outros ativos tangíveis	5	(6 336)	(34 200)
		(6 336)	(34 200)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	[2]	224 755	(22 804)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	13	(7 000 000)	(4 000 000)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	[3]	(7 000 000)	(4 000 000)
Variação de caixa e seus equivalentes	[4] = [1]+[2]+[3]	(3 080 299)	(1 876 693)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	13 223 520	15 100 213
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	10 143 221	13 223 520

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Humberto Miguel Patrício Caldas

Nuno Miguel Oliveira Henriques

Luís Manuel Matos Figueiredo

Maria Otilia G. M. Casquilho

NOTA INTRODUTÓRIA - ATIVIDADE ECONÓMICA

A Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“Sociedade” ou “SAM”), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- Gestão de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVMs);
- Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- Gestão e representação de organismos de investimento alternativo imobiliário (OIA Imobiliários);
- Gestão de organismos de investimento alternativo em valores mobiliários (OIAVM) e
- Gestão de organismos de investimento alternativo (OIA), nomeadamente fundos de capital de risco.

No dia 26 de março de 2020, foi concretizada a aquisição, pela Santander Asset Management UK Holdings Limited (“LATCO”), da participação qualificada correspondente a 100% do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A., ao abrigo da decisão de não oposição adotada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 11 de março. A LATCO é uma sociedade de direito inglês detida indiretamente a 100% pelo Banco Santander, S.A., em Espanha, pelo que este continua também a ser, por esta via, o titular da totalidade do capital social da Santander Asset Management – SGOIC, S.A..

Na sequência da operação referida, a nova acionista única da Sociedade, aprovou por unanimidade em Assembleia Geral, ao abrigo do disposto nos artigos 97.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”) a operação de fusão, por incorporação, da Popular Gestão de Activos – SGOIC, S.A. (“Popular Gestão de Activos”), cujo registo definitivo teve como consequências, em particular:

- (i) a transmissão da totalidade do património da Popular Gestão de Activos para a Sociedade; e
- (ii) a extinção, sem entrada em liquidação, da Popular Gestão de Activos nos termos do artigo 112.º alínea a) do CSC. Os efeitos da fusão reportaram-se a 31 de março de 2020.

A partir desta data, os seis OICVM’s até aí geridos pela Popular Gestão de Activos passaram a ser diretamente representados e administrados pela Sociedade. Quatro destes fundos foram, no decorrer do exercício de 2021, fusionados em outros fundos geridos pela Sociedade. Em janeiro de 2022, concretizaram-se as operações de fusão dos restantes dois fundos, Popular Global 50 - Fundo de Investimento Aberto Misto e Popular Global 75 - Fundo de Investimento Aberto de Ações, no Santander Select Dinâmico - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

Foram lançados três novos produtos em 2023, cujo objetivo foi satisfazer as necessidades dos clientes com um perfil de risco conservador, que pretendam aplicar o capital numa ótica de médio prazo. Para os clientes o que se pretende é ter acesso a uma carteira diversificada de ativos que pretendem proporcionar uma distribuição de rendimentos anual, sujeita à capacidade financeira dos emitentes e de acordo com a sua própria política de investimento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade era responsável pela gestão de 22 Fundos OICVM's e OIAVM, conforme a tabela abaixo:

Descrição	Tipo	Prazo	Data de autorização
Santander Acções América (*)	Aberto	Indeterminado	16/04/1998
Santander Acções Europa	Aberto	Indeterminado	06/05/1999
Santander Aforro PPR	Aberto	Indeterminado	26/08/2022
Santander Carteira Alternativa	Aberto	Indeterminado	30/03/2004
Santander Carteiras Conservador	Aberto	Indeterminado	04/12/2018
Santander Investimento Global (*)	Aberto	Indeterminado	30/09/1991
Santander Multicrédito	Aberto	Indeterminado	06/03/2003
Santander Multi-Estratégia (*)	Aberto	Indeterminado	05/03/2021
Santander Obrigações Curto Prazo	Aberto	Indeterminado	04/05/1991
Santander Poupança Prudente FPR	Aberto	Indeterminado	10/05/2001
Santander Poupança Valorização FPR	Aberto	Indeterminado	23/11/1989
Santander Private Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Private Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Private Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Rendimento (*)	Aberto	Indeterminado	10/10/2018
Santander Select Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Select Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Select Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014
Santander Sustentável	Aberto	Indeterminado	04/09/2018
Santander Objetivo	Aberto	Determinado	23/02/2023
Santander Objetivo II	Aberto	Determinado	19/05/2023
Santander Objetivo III	Aberto	Determinado	24/08/2023

(*) fundo feeder

Por outro lado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade foi igualmente responsável pela gestão dos seguintes Fundos OIA Imobiliários:

- . Lusimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Lusimovest");
- . Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Novimovest");
- . Imorent - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ("Imorent").

O Fundo Imorecuperação foi liquidado em 31 de dezembro de 2022.

No que se refere à atividade de gestão de patrimónios, os serviços são, essencialmente, prestados a entidades relacionadas do Grupo Santander, conforme indicado na Nota 15.

O ano de 2023 ficou marcado pela agitação nos mercados financeiros, com a inflação acima do esperado e a persistência da guerra na Ucrânia a concentrarem a maior parte da atenção dos investidores.

Para a Sociedade, o ano foi de aumento dos ativos sob gestão, por efeito das vendas líquidas muito positivas, sobretudo em fundos de investimento mobiliário, com especial destaque para os fundos de obrigações e de mercado monetário, derivado da conjuntura. Houve, simultaneamente, uma forte valorização do mercado nos últimos meses do ano. Nesta segunda componente, os ativos sob gestão da Sociedade ganharam mais de quinhentos milhões de euros, o que representou cerca de 76% da variação total face ao homólogo.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o total de ativos sob gestão foi de 8 822 944 496 e 8 108 749 439 euros, respetivamente (ver Nota 15).

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou cujos pressupostos e estimativas são significativos para a preparação, das mesmas encontram-se apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2024, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas

Comparabilidade

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022.

1.2. Adoção de Normas e Interpretações novas, alteradas ou revistas

Durante o exercício de 2023 a Sociedade considerou e, conforme aplicável, adotou as seguintes alterações às normas endossadas pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no início do exercício:

IAS 1 (alteração) – Divulgação de políticas contabilísticas - Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

IAS 8 (alteração) - Divulgação de estimativas contabilísticas - Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

IFRS 17 (nova e alteração) - Contratos de seguro - Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de

mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

IFRS 17 (alteração) - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa - Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

IAS 12 (alteração) - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação - A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

IAS 12 (alteração), ‘Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois’. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion (“GloBE”) da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que, a esta data, são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Não se verificam impactos para a Sociedade decorrentes da alteração referida.

Novas normas e alterações publicadas, já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que incidem em ou após 2 de janeiro de 2024:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data de transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Novas normas e alterações publicadas, ainda não endossadas pela União Europeia, que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2024:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Decorrente da adoção futura das novas normas e alterações referidas, e após análise da aplicabilidade das mesmas à atividade da Sociedade, não se esperam impactos significativos para a mesma.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” apresentada na demonstração de fluxos de caixa, engloba os saldos registados no balanço relativos a aplicações que apresentam maturidade desde o momento inicial igual ou inferior a 3 meses, liquidez elevada e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor, onde se incluem as “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo é classificado ao justo valor através de outro rendimento integral (JVRI) se forem satisfeitas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida. Um ganho ou perda resultante de um ativo financeiro mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral deve ser reconhecido em outro rendimento integral, exceto no caso de ganhos ou perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais até que o ativo financeiro seja anulado ou reclassificado.

No momento do desreconhecimento, os ganhos e as perdas acumuladas, anteriormente reconhecidas nos outros rendimentos integrais são transferidos dos outros rendimentos integrais (capital próprio) para resultados.

c) outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

A amortização dos ativos tangíveis é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

	Anos
Mobiliário e material	6 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transporte	4

As obras em edifícios arrendados são amortizadas durante um período médio de 5 anos, correspondente à sua utilidade esperada.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas relacionadas com a aquisição de software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

e) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos, incluindo os juros e comissões, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Comissões

i) Comissão de gestão (OICVM e OIA's imobiliários) - Corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos OICVM e OIA's imobiliários.

- Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários

Esta comissão é cobrada mensalmente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos prospetos sobre o valor líquido global diário de cada fundo (compreendida entre 0,09% e 2,08%). O Fundo Santander Carteira Alternativa encontra-se isento desta comissão no período compreendido entre 30 de abril de 2013 e 31 de dezembro de 2023.

- Organismos de Investimento Alternativo Imobiliário

Lusimovest - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

Novimovest - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

Imorent - Esta comissão é cobrada mensalmente e calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,45% sobre o valor do ativo total do fundo no último dia de cada mês.

As referidas comissões de gestão são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

ii) *Comissões de performance:*

A Sociedade cobra ainda comissões de *performance* nos seguintes ativos sob gestão:

- OICVM's:

Santander Carteira Alternativa - Para efeitos de apuramento da comissão de performance, no final do ano será considerada a média aritmética da Euribor a 3 meses diária. O Fundo esteve isento desta comissão no período compreendido entre 30 de abril de 2014 e 31 de dezembro de 2023.

- Gestão de Carteiras – Fundo de Pensões Petrogal:

Caso, no ano em avaliação, a Sociedade venha a registar uma rentabilidade superior à rentabilidade da carteira de referência do mandato (benchmark), receberá uma performance fee resultante da aplicação, sobre o valor médio anual dos ativos por si geridos naquele ano, de uma taxa correspondente a 15% da diferença entre a rentabilidade da quota-parte da carteira do fundo abrangida pelo mandato da Sociedade e a rentabilidade do respetivo benchmark, apurada no último dia do ano em avaliação. O valor médio da quota-parte da carteira sob gestão será calculado com base no valor dos ativos geridos no último dia de cada mês.

Caso, no ano em avaliação, a Sociedade venha a registar uma rentabilidade igual ou inferior à rentabilidade do *benchmark*, a *performance fee* será nula.

As comissões de performance recebidas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

- iii) Comissões por serviços de gestão de carteiras

A Sociedade cobra comissões por serviços de gestão de carteiras de acordo com o preçário contratado com os seus clientes particulares e institucionais, entre os quais se consideram as seguintes entidades do Grupo: Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Santander Pensões"), Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("Santander Totta Seguros") e Banco Santander Totta, S.A. ("Banco Santander Totta").

Fundos de Pensões

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Pensões um contrato mediante o qual a Santander Pensões atribuiu à Sociedade um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão (Fundo de Pensões Banco Santander Totta e Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa). Este contrato define uma remuneração mensal a receber pela Sociedade como contrapartida dos serviços prestados correspondente a 0,13% do valor médio da carteira no final de cada mês. O referido contrato foi aditado em 27 de outubro de 2022, de forma a prever, em adição, a gestão do Fundo de Pensões BANIF, mantendo inalterada a metodologia de contrapartida pelo serviço existente.

De referir que ocorreu a extinção do FP Banif, em 31 de outubro de 2023, com a fusão no Fundo de Pensões Banco Santander Totta. O Fundo de Pensões Banco Santander Totta passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do

Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo BD Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo CD Secção B.

Conforme previsto no contrato celebrado, para além das comissões de gestão referidas, a Santander Pensões paga à Sociedade uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (comissão adicional).

Carteiras de Seguros

Em janeiro de 2002 a Sociedade celebrou um contrato com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), através do qual ficou encarregue da gestão de um conjunto de carteiras de ativos mobiliários afetos a produtos comercializados por aquela entidade. Para o cálculo desta comissão é aplicada uma taxa que incide sobre o valor das carteiras geridas, acrescida do valor correspondente à taxa de supervisão a pagar à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A taxa de comissão acordada varia entre 0,015% e 0,175%, consoante a natureza da carteira gerida.

Carteiras de Clientes de Mandato

A partir de 1 de abril de 2018, a Sociedade passou a cobrar comissões de gestão ao Banco Santander Totta, resultantes da delegação de gestão de carteiras de clientes do Banco. Esta comissão varia entre 30% e 50% da comissão total cobrada pelo Banco aos clientes e é calculada trimestralmente.

Para além dos mandatos de gestão acima referidos, a Sociedade mantém a gestão direta de patrimónios de um conjunto de clientes. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual (fixada no respetivo contrato de gestão de carteiras) sobre o valor dos respetivos patrimónios sob gestão.

As referidas comissões de gestão são registadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

iv) Comissões a pagar pela gestão de ativos e serviços de consultoria

Refere-se às comissões a pagar à Santander Asset Management, S.A., Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Colectiva ("SAM SGIIC"), e à Santander Asset Management UK Limited ("SAM UK"), duas empresas do Grupo Santander, no âmbito de dois contratos celebrados entre a Sociedade e estas entidades do Grupo:

- O *Investment Management Agreement* ("IMA") celebrado em abril de 2012, através do qual se subcontratou as funções de gestão das carteiras dos OICVM's e fundos de pensões à SAM SGIIC à SAM UK. O acordo foi revisto a 16 de junho de 2020, tendo sido definido que, pela gestão delegada, seria paga uma comissão de gestão pela Sociedade à SAM SGIIC e à SAM UK. A 6 de Setembro de 2021, a gestão passou a estar novamente e, em exclusivo, na SAM SGIIC. Em novembro de 2022, o IMA foi revisto, resultando na atualização das taxas cobradas nos produtos Select. Em 2023, pelos serviços prestados, a SAM SGIIC cobra uma comissão anual à Sociedade, a qual incide sobre o valor médio dos ativos geridos, calculada e cobrada mensalmente, de acordo com a seguinte grelha:

Carteira	Taxa de Comissão Anual
Fundos de Pensões – Santander Pensões	0,11%
Mandatos Delegados BST	0,08%
Mandatos Directos	0,13%
Santander Acções Europa	0,21%
Santander Aforro PPR	0,09%
Santander Carteira Alternativa	0,00%
Santander Carteiras Conservador	0,09%
Santander Investimento Global	0,08%
Santander MultiCrédito	0,09%
Santander Obrigações Curto Prazo	0,04%
Santander Poupança Prudente FPR	0,09%
Santander Objetivo 2026	0,09%
Santander Objetivo 2026 II	0,09%
Santander Objetivo 2026 III	0,09%
Santander Poupança Valorização FPR	0,12%
Santander Private Defensivo	0,16%
Santander Private Dinâmico	0,22%
Santander Private Moderado	0,19%
Santander Select Defensivo	0,16%
Santander Select Dinâmico	0,22%
Santander Select Moderado	0,19%
Santander Sustentável	0,12%
Santander Totta Seguros	0,02%

- Os fundos feeders não estão abrangidos pelo *Investment Management Agreement*.

- O “*Investment Advisory Agreement*”, celebrado em dezembro de 2013 com a SAM SGIIC, através do qual a Sociedade contrata serviços de consultoria de gestão das carteiras da Santander Totta Seguros e dos clientes de gestão discricionária, mediante o pagamento de uma comissão anual de 0,015% e 0,10%, respetivamente, sobre os montantes geridos. A 5 de setembro de 2021 e conforme previsto na maturidade definida no contrato, o “*Investment Advisory Agreement*” terminou. Os serviços assegurados pelo “*Investment Advisory Agreement*” passaram a ser assegurados pelo “*Investment Management Agreement*”.

As comissões pagas pela Sociedade são registadas na rubrica de “Encargos com serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

g) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão relativa à atividade de gestão de patrimónios devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo da Sociedade, sendo calculada por aplicação de uma taxa fixa sobre o valor global das carteiras geridas no final de cada mês e registada na rubrica de “Encargos com serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

A partir de 1 de janeiro de 2017, em conformidade com a Portaria nº 342 - B/2016, de 29 de dezembro, artigo nº 6, a taxa de supervisão aplicável é de 0,01%, com um limite mensal mínimo e máximo de 250 euros e 25 000 euros, respetivamente.

h) Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertos. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

i) Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias

Considerando que os montantes de férias e subsídio de férias a pagar aos colaboradores em determinado exercício são um direito por estes adquirido no ano imediatamente anterior, no final de cada exercício a Sociedade releva contabilisticamente o montante das férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais a pagar no ano seguinte.

j) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício determinado de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos considerados para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento apenas se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma Autoridade Fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

k) Carteiras sob gestão (Patrimónios)

Esta rubrica extrapatrimonial inclui as carteiras de títulos geridas pela Sociedade, as quais são valorizadas da seguinte forma:

- Unidades de participação em fundos de investimento – Estes títulos são valorizados ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidos à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações;
- Ações – Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. Na falta de valores de cotação, não é atribuído um valor superior ao valor contabilístico, calculado segundo o último balanço aprovado;
- Obrigações - Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. No caso de obrigações não cotadas ou com liquidez reduzida, são utilizados os preços divulgados por contribuidores credíveis capturados em sistemas de negociação (Bloomberg ou Reuters), ou são estimados preços com base em modelos internos de valorização desenvolvidos pela Sociedade.

l) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

m) Valorização dos ativos

Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património dos OICs geridos pela Sociedade, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

As obrigações do tesouro mantidas para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII"), são valorizadas, a cada data de referência, de acordo com a política de valorização de ativos da Sociedade referida acima.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor e de acordo com os planos de negócio existentes (impostos diferidos). No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Desta forma, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais, bem como da sua estimativa quanto à evolução e rentabilidade das suas operações futuras.

Provisões

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa na data do balanço do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, sendo aferida de acordo com a opinião da gestão apoiada nos seus consultores.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Depósitos à ordem no país:	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander Totta, S.A. (EUR)	10 041 027	13 211 347
Banco Santander Totta, S.A. (USD)	102 194	12 173
	<u>10 143 221</u>	<u>13 223 520</u>

De acordo com a política prevista na Nota 1.3 a), os saldos de depósitos à ordem correspondem aos apresentados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

4. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica (constituída na sua totalidade por títulos de rendimento fixo de emissores públicos) apresentava a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

5.2 – Ativos intangíveis

	Saldos em 31/12/2022			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2023		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis									
Sistemas de tratamento de dados	118 527	(118 527)	-	-	-	-	118 527	(118 527)	-

	Saldos em 31/12/2021			Abates, regularizações e alienações			Saldos em 31/12/2022		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis									
Sistemas de tratamento de dados	118 527	(115 848)	-	-	-	(2 679)	118 527	(118 527)	-

6. ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões de gestão a receber:		
Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários geridos	816 459	741 477
Organismos de Investimento Alternativo Imobiliários geridos	56 910	88 879
Carteiras de clientes sob gestão:		
Fundos de pensões BST e ARE	550 514	547 179
Santander Totta Seguros	266 024	469 674
Banco Santander (gestão de carteiras)	121 185	143 904
Outros institucionais	64 536	64 603
Comissão de comercialização de fundos da SAM Luxemburgo	84 922	100 423
Comissões de performance:		
Fundo de Pensões Petrogal	-	142 140
	<u>1 960 550</u>	<u>2 298 279</u>

Conforme referido na Nota 1.3, iii), a Sociedade assume a gestão das carteiras do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa através de um acordo de subcontratação dos serviços de gestão dos ativos dos fundos de pensões. Em 26 outubro de 2022, a Santander Pensões assumiu, em adição, a gestão dos ativos do Fundo de Pensões BANIF, tendo incorporado o mesmo, através de aditamento, no contrato de gestão existente entre as sociedades. Em 31 de outubro de 2023, ocorreu a fusão entre os Fundo de Pensões do Banco Santander e Fundo de Pensões BANIF, como já referido

Em 2021, a Sociedade integrou na sua rede comercial um conjunto de produtos domiciliados no Luxemburgo e geridos pela Santander Asset Management Luxembourg, S.A. ("SAM Luxembourg"), reconhecendo as respetivas comissões de comercialização que lhe são devidas, o que se manteve em 2023.

Durante o ano de 2022, foi integrada na base de Clientes Institucionais relativos à atividade de gestão de carteiras por conta de outrem a carteira do Fundo de Pensões The Navigator Company, mantendo-se também em 2023.

A variação refletida nos valores a receber pela gestão dos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade decorre, por um lado, do aumento do volume sob gestão e, por outro, do mix de vendas registado em 2023, com especial ênfase em fundos de obrigações, essencialmente por efeito da tendência evolutiva dos mercados de ativos financeiros ao longo do exercício, a refletir a procura dos consumidores.

7. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Devedores diversos:		
IVA a Recuperar	-	46 856
Seguro Responsabilidade Civil	10 752	-
Outros devedores	40 048	23 084
	<u>50 800</u>	<u>69 940</u>

A rubrica de "Outros devedores" inclui valores a receber relativos às remunerações de pessoal cedido à Santander Totta Seguros e à Santander Pensões e o montante relativo à parte do Seguro de Responsabilidade Civil, que correspondente ao ano de 2024 (renovável em outubro de cada ano).

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
IRC a recuperar	35 153	148 842
	<u>35 153</u>	<u>148 842</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Impostos correntes sobre lucros (Nota 22)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

A 31 de dezembro de 2022, encontrava-se pendente de receber da AT, o valor de 3 703 euros, relativo às correções efetuadas ao IRC de 2016. O remanescente refletia o saldo por impostos correntes a recuperar do exercício de 2022 no montante de 145 138 euros.

A 31 de dezembro de 2023, a mesma importância relativa às correções efetuadas ao IRC de 2016, encontra-se ainda pendente de receber. O remanescente reflete o saldo por impostos correntes a recuperar do exercício de 2023, no montante de 31 450 euros (ver Nota 22).

9. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Outras Provisões	1 464 575	318 079	(448 256)	-	1 334 398

	2022				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Outras Provisões	1 478 188	347 535	(361 148)	-	1 464 575

O saldo entre os reforços e as reposições do ano de 2023 é de 130 177 euros (reposições líquidas) que compara com 13 613 euros de reforço líquido em 2022.

As “Outras Provisões” têm por objetivo fazer face a responsabilidades no âmbito da atividade desenvolvida pela Sociedade, decorrentes de diferentes interpretações da legislação fiscal e para as quais a Administração considera ser mais provável do que não a ocorrência de desembolsos no futuro.

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remunerações a pagar a administradores e empregados	688 179	463 254
Comissões a pagar (SAM SGIIC)	499 760	532 180
Valores por regularizar relativos à liquidação do Fundo Imobiliário Imorecuperação	371 782	-
Blackrock (Aladdin)	233 480	107 000
Iva a pagar	188 128	129 113
Impostos e contribuições ao Estado a regularizar sobre remunerações	85 033	49 840
Taxa de Supervisão e taxa de Majoração CMVM	78 125	25 000
Serviços de Auditoria	51 180	62 730
Remunerações por Cedência de Pessoal	41 629	39 814
<i>Research (SAM SGIIC)</i>	30 847	26 948
SAM Conecta	18 230	23 730
Serviços de Consultoria (AFI e Allfunds Bank)	18 000	2 000
Bloomberg	15 000	20 000
Marketing	15 000	-
Factiva	7 000	-
Comunicações, transporte e correio	2 400	5 468
Global Support Services (TOPCO)	-	279 446
Outros credores diversos	77 625	349 610
	<u>2 421 398</u>	<u>2 116 132</u>

As “Comissões a pagar à SAM SGIIC” referem-se ao montante por liquidar correspondente ao mês de dezembro de 2023 (ver Nota 1.3 f) iv)).

Relativamente aos custos de *research*, encontram-se pendentes de liquidar à SAM SGIIC os valores referentes ao segundo semestre de 2023.

No âmbito da liquidação do Fundo Imobiliário Imorecuperação, ocorrida a 31 de dezembro de 2022, foi transferido para a Sociedade, em janeiro de 2023, o montante de 397 538 euros para fazer face eventuais a responsabilidades futuras decorrentes do processo. O valor em aberto corresponde ao total ainda não utilizado, 371 782 euros.

Os custos com o Global Support Services são referentes a serviços globais fornecidos pela SAM Investment Holdings S.L. (“TOPCO”) a cada uma das entidades do grupo Santander Asset Management, nomeadamente, os custos da auditoria interna, *compliance* e IT Global. Os custos deste serviço, relativos a 2023 ficaram liquidados no próprio ano.

Encontram-se ainda registadas diversas estimativas de valores de faturas a pagar, que ainda não foram recebidas, mas cujo serviço foi prestado durante o exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

O montante de IVA a pagar de 188 128 euros é referente aos meses de novembro e dezembro de 2023.

Na rubrica “Outros credores diversos” estão contabilizadas faturas que se encontram por liquidar. A variação face a 2022 diz respeito aos valores pendentes de liquidação no final do exercício.

11. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1 167 358 ações, com um valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pela Santander Asset Management UK Holdings Limited (LATCO).

12. PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 2023 e 2022 o montante de prémios de emissão é de 1 379 680 euros. A sua origem deriva da aplicação da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República - I Série B, n.º 129, aplicável aquando da supervisão da Sociedade pelo Banco de Portugal

13. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (Nota 4)	(24 329)	(31 936)
	<u>(24 329)</u>	<u>(31 936)</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reservas legais	1 282 532	1 282 532
Resultados transitados	1 707 363	4 934 902
	<u>2 989 895</u>	<u>6 217 434</u>
Total de reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados	<u>2 965 566</u>	<u>6 185 498</u>

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a transferência da supervisão da Sociedade do Banco de Portugal para a CMVM, o regime de constituição de reserva legal previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável às entidades sob a supervisão do Banco de Portugal, deixou de se aplicar à Sociedade, passando o Código das Sociedades Comerciais a ser o referencial para este efeito.

Em conformidade com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2023 e 2022 as reservas legais excedem os 20% do capital social da Sociedade.

A Reserva de reavaliação decorre do ajuste mensal do valor da Obrigação do Tesouro, mantida como cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos investidores (nota 4).

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovada, relativamente ao resultado do exercício de 2022, a distribuição total 3 772 460,59 euros ao Acionista. Foram também distribuídos resultados transitados, sob a forma de dividendos, no montante de 3 227 539,21 euros, ao Acionista único. Esta proposta não colocou em risco o cumprimento de qualquer indicador e requisitos regulatórios.

O Conselho de Administração propõe para aplicação de 3 000 000 euros do resultado líquido do exercício de 2023, para distribuição ao Acionista. Os restantes 257 009,64 euros serão transferidos para resultados transitados.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o apuramento dos resultados por ação pode ser apresentado como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido do exercício	3 257 010	3 772 461
Número médio de ações em circulação no exercício (Nota 11)	<u>1 167 358</u>	<u>1 167 358</u>
Resultados básicos e diluídos por ação	2,79	3,23

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

15. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas extrapatrimoniais refletem as responsabilidades assumidas no âmbito das atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, de gestão de carteiras e relativamente ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII):

	31/12/2023	31/12/2022
GESTÃO DE ATIVOS		
<u>OICVM's</u>		
Santander Poupança Prudente FPR	424 543 629	413 467 709
Santander Select Moderado	455 223 638	478 326 242
Santander Rendimento	299 090 602	308 922 029
Santander Select Defensivo	231 519 293	250 666 687
Santander Multicrédito	204 011 786	148 710 062
Santander Private Moderado	135 442 229	151 101 611
Santander Sustentável	155 042 376	167 599 937
Santander Obrigações de Curto Prazo	500 125 512	121 848 072
Santander Select Dinâmico	169 057 809	172 935 665
Santander Acções Europa	151 060 053	145 341 728
Santander Acções América	67 199 880	51 888 535
Santander Poupança Valorização FPR	104 895 297	103 125 701
Santander Private Defensivo	42 592 347	47 037 626
Santander Multitaxa Fixa/Sant Invest Global	28 697 154	31 463 757
Obrigações SAM Carteiras Conservador	12 921 891	13 465 131
Santander Private Dinâmico	16 961 561	18 998 876
Santander Carteira Alternativa	1 266 548	1 263 994
Santander Aforro PPR	14 923 705	4 176 676
Santander Multi-Estratégia	5 958 348	7 160 308
Santander Objetivo 2026	31 609 101	-
Santander Objetivo 2026 III	19 866 571	-
Santander Objetivo 2026 II	67 488 985	-
	<u>3 139 498 315</u>	<u>2 637 500 346</u>
<u>OIA's imobiliários</u>		
Novimovest	175 463 966	220 784 007
Lusimovest	26 810 002	55 897 614
Imorent	3 383 721	3 249 471
Imorecuperação (*)	-	4 868 872
	<u>205 657 689</u>	<u>284 799 964</u>
<u>Gestão de patrimónios</u>		
Entidades relacionadas:		
Carteiras Santander Totta Seguros	3 914 423 839	3 673 024 814
Fundo de Pensões do Banco Santander Totta	1 154 564 756	1 008 553 141
Banco Santander (gestão carteiras)	324 611 986	304 187 157
Fundo de Pensões BANIF (**)	-	113 426 259
Fundo de Pensões ARE	1 016 188	923 713
Outras carteiras de gestão discricionária	83 171 723	86 334 045
	<u>5 477 788 492</u>	<u>5 186 449 129</u>
	<u>8 822 944 496</u>	<u>8 108 749 439</u>
RESPONSABILIDADES NO SII	<u>407 784</u>	<u>390 521</u>

(*) O fundo entrou em liquidação em 25 de Outubro e liquidou em 31 de dezembro de 2022.

(**) A 31 de outubro de 2023, o Fundo fusionou com o Fundo de Pensões BST

Sistema de indemnização aos investidores (SII)

A responsabilidade potencial para com o SII não é reconhecida como gasto. Esta responsabilidade é coberta através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando pelo menos 50% garantido por penhor de títulos do Tesouro Português (Nota 4).

16. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de dezembro de 2023 e 2022, a margem financeira apresentava a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades:		
Banco Santander Totta	222 467	1 987
Outros juros e rendimentos similares:		
Juros de obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4)	921	941
	<u>223 388</u>	<u>2 928</u>
Total margem financeira	<u><u>223 388</u></u>	<u><u>2 928</u></u>

De referir que, em 2023, as contas da Sociedade passaram a ser remuneradas pelo Banco Santander, nas seguintes condições: STR-0,75% com floor zero, para a moeda euro; e 60% indexante respectivo com floor zero para outras moedas.

17. COMISSÕES

Nos exercícios de 2023 e 2022, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de gestão de FIM's	8 981 281	9 553 495
Comissões de gestão de FII's	901 984	1 254 862
Comissões de gestão de carteiras de clientes	573 544	676 935
Comissão de gestão Santander Pensões	1 640 207	1 604 017
Comissão de gestão Santander Totta Seguros	2 552 442	2 674 755
Comissões <i>Research</i>	243 179	240 058
Comissão de comercialização de fundos da SAM	84 737	99 901
Comissão de <i>performance</i>	-	102 876
	<u>14 977 374</u>	<u>16 206 899</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Comissão de gestão - SAM SGIIIC	5 762 963	6 050 618
Comissão de gestão - SAM UK	-	106 594
Taxa de supervisão paga à CMVM	352 577	316 050
<i>Research</i> - SAM SGIIIC	270 290	262 388
Serviços bancários	1 574	73 430
	<u>6 387 404</u>	<u>6 809 080</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das rubricas “Comissão de gestão - SAM SGIIIC”, referem-se aos montantes previstos no Investment Management Agreement (IMA) celebrado em abril de 2012 (alterado em 1 de novembro de 2021). A última revisão do IMA originou o aumento das comissões a pagar pelos fundos da categoria Select, o que justifica o acréscimo do custo. Foram também acrescentados os três novos fundos, constituídos em 2023. Nota 1.3 f), iv).

Em 2023, a Sociedade continuou a ter na sua rede comercial um conjunto de produtos domiciliados no Luxemburgo e geridos pela SAM Luxembourg, reconhecendo as respetivas comissões de comercialização que lhe são devidas.

A variação refletida nos valores a receber pela gestão dos OICVM geridos pela Sociedade, decorre do mix de vendas, por efeito do mercado e do comportamento das subscrições líquidas dos fundos (Nota introdutória).

As rubricas de “Research” referem-se aos serviços de aconselhamento de investimento prestados por entidades com conhecimento e prática neste mercado. Parte do custo associado a este serviço é, posteriormente, faturado aos fundos mobiliários geridos pela Sociedade. Em 2021, a Sociedade rescindiu todos os contratos de research que tinha com alguns bancos, ficando a pagar este serviço em exclusivo à SAM SGIIIC.

No exercício de 2022 o Fundo de Pensões Petrogal teve lugar a comissão de performance, no montante de 60 615 euros, não existindo em 2023.

18. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 2023 e 2022, os outros resultados de exploração detalham-se da seguinte forma:

	2023	2022
Risco operacional	(81 655)	(15 094)
Quotizações	(38 717)	(40 632)
Correção de estimativas	(9 608)	81 377
Outros	(556)	(3 858)
	<u>(130 536)</u>	<u>21 793</u>

Em "Correção de estimativas", estão refletidos os valores associados à reversão dos acréscimos relativos a custos de 2023 e 2022 previstos, mas que não foram incorridos atendendo às circunstâncias verificadas à data prevista de pagamento.

Em risco operacional estão registados os valores incorridos por perdas relacionadas com erros ou falhas operacionais.

19. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Remuneração de:		
Órgãos de gestão - Remuneração Fixa	113 039	134 711
Órgãos de gestão - Remuneração Variável	108 000	59 400
Órgão de fiscalização	19 379	12 565
Empregados	918 574	758 612
Indemnizações	-	150 000
	<u>1 158 992</u>	<u>965 288</u>
Encargos sociais	179 818	150 675
Outros encargos com o pessoal	540 755	548 602
	<u>720 573</u>	<u>699 277</u>
Total custos com o pessoal	<u>1 879 565</u>	<u>1 814 565</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o quadro de pessoal da Sociedade era constituído por 28 colaboradores, não incluindo os Órgãos Sociais de Fiscalização e Administradores não Executivos (ver Nota 20).

A rubrica “Outros encargos com o pessoal” inclui a remuneração das cedências de pessoal do Banco Santander Totta, no montante total de 490 903 euros. A este valor é deduzido o valor pago pelo Banco Santander Totta, relativos aos colaboradores da Sociedade cedidos, no total de 62 723 euros.

A Sociedade tem um colaborador cedido à Santander Totta Seguros, da qual recebe 92 143 euros, bem como os dois administradores repartidos com a Santander Pensões, cedência que representa um recebimento de 83 584 euros.

20. GASTOS COM OS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Órgãos de gestão

Nos exercícios de 2023 e 2022, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 255 822 euros e 224 247 euros, respetivamente (Nota 19).

Em 31 de dezembro 2023, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente;
- Luis Manuel Matos Figueiredo – Administrador Executivo;
- Diego Ruiz Reija (não executivo);
- Amaya Lacabe Martinez (não executivo);
- Maria Otília Gonçalves Mendeiros Casquilho (administrador independente).

Em 2023 e 2022 as remunerações fixas auferidas pelos membros executivos do Conselho de Administração foram as seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

	2023	2022
Remuneração fixa:		
Nuno Henriques	60 448	60 000
José Neves	-	22 436
Luis Figueiredo	42 591	42 275
Otilia Casquilho (independente)	10 000	10 000
	<u>113 039</u>	<u>134 711</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2023 e 2022.

O administrador independente, incluído na tabela acima, auferiu 10 000 euros, pagos em duodécimos no processamento salarial.

A remuneração variável estimada aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2023 tinha a seguinte desagregação:

2023	Pecuniário (euros)	Unidades de participação (euros)
Remuneração variável:		
Estimado em 2023 a atribuir em 2024, 2025, 2026 e 2027		
Nuno Henriques	36 000	36 000
Luis Figueiredo	18 000	18 000
	<u>54 000</u>	<u>54 000</u>
Atribuída em 2022 e paga no ano 2023		
Nuno Henriques	12 960	12 960
Luis Figueiredo	5 249	5 249
	<u>18 209</u>	<u>18 209</u>
Atribuída em anos anteriores e paga no ano 2023		
Joaquim Calça Pina	4 480	4 480
José Neves	4 400	4 400
Nuno Henriques	4 640	4 640
Luis Figueiredo	880	880
	<u>14 400</u>	<u>14 400</u>
Atribuída em anos anteriores e a diferir em 2024, 2025 e 2026		
José Neves	2 800	2 800
Nuno Henriques	17 920	17 920
Luis Figueiredo	5 259	5 259
	<u>25 979</u>	<u>25 979</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal durante os exercícios de 2023 e 2022 pode ser resumido como se segue:

2023		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa Anual
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento	Vogal	5 520
Marta Alarcão Troni	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>

2022		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa Anual
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento	Vogal	5 520
Luis Paulo Glória Picardo de Sousa	Vogal	2 453
Marta Alarcão Troni	Vogal	276
		<u>15 769</u>

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Com fornecimentos de terceiros:		
Água energia e combustíveis	4 747	5 496
Material de consumo corrente	2 421	1 822
Publicações	572	4 609
	<u>7 740</u>	<u>11 927</u>
Com serviços de terceiros:		
Advogados	188 460	240 696
Informática, Contabilidade e Backoffice	1 939 962	1 774 429
Serviços de Informação	136 810	116 988
Auditoria, consultoria e outros serviços	140 695	107 721
Deslocações, estadas e representação	28 154	29 760
Outros serviços de terceiros	62 412	58 123
Conservação e reparação	4 682	1 981
Comunicações	5 179	7 591
Rendas e alugueres	512	233
Seguros	3 860	17 783
Publicidade e edição de publicações	80	80
Outros	56 556	58 682
	<u>2 567 362</u>	<u>2 414 067</u>
Total	<u>2 575 102</u>	<u>2 425 994</u>

Em 2022, a rubrica de Advogados incluía um valor estimado a pagar por serviços jurídicos, associados a um processo do OIA Imobiliário Lusimovest (120 000 euros), o que justifica a variação para 2023.

A rubrica "Informática, Contabilidade e Backoffice" reflete os custos com serviços de informática – hardware e software, consultoria, apoio fiscal, contabilidade e os custos por Global Support Service. Para este último serviço, ficou registado em 2022 o valor de 279 446 euros, sendo que, em 2023, o custo foi de 338 690 euros.

Por outro lado, o custo do contrato Serviços *Wealth*, com o Banco Santander em Espanha, variou de 73 609 euros em 2022 para 129 2051 euros em 2023. Este contrato inclui a prestação de serviços nas áreas jurídica, marketing e comunicação, riscos, tecnologia e ASG.

Em 2023, foi registado na rubrica "Informática, Contabilidade e Backoffice" um custo relativo à licença de ratings do Aladdin, contratado com a Moody's, no valor de 64 074 euros.

A variação evidenciada na rubrica "Serviços de Informação" deve-se, essencialmente, a um ligeiro acréscimo dos custos associados ao fornecedor Bloomberg, quer por efeito da inflação, quer por uso de serviços adicionais.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda para os exercícios de 2023 e 2022, detalham-se como se segue:

	2023	2022
Revisão legal das contas anuais (i)	71 800	74 000
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	6 330	6 000
	<u>78 130</u>	<u>80 000</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2023 (idêntico a 2022) é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;

- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1 500 000 euros 0%;
 - Entre 1 500 000 euros e 7 500 000 euros 3%;
 - Entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros 5%;
 - Maior do que 35 000 000 euros 9%

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ter termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2020 a 2023 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Nos exercícios de 2023 e 2022, os custos com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

	2023	2022
Resultado antes de impostos	4 336 056	5 167 072
Constituição de provisões não dedutíveis (Nota 9)	318 079	347 535
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas	(9)	-
Benefícios fiscais	(19 359)	(20 316)
Multas e penalidades (inclui juros compensatórios)	28	26
Reversão de provisões constituídas em anos anteriores (Nota 9)	(448 256)	(361 148)
Outras correções	84 583	20 426
Lucro tributável	<u>4 271 122</u>	<u>5 153 595</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(894 972)	(1 082 255)
Derramas	(146 780)	(186 912)
Tributação autónoma	(46 648)	(23 150)
Outros	-	-
Total do imposto corrente	<u>(1 088 400)</u>	<u>(1 292 317)</u>
Corr. Imp.Exerc. Ant-Regularização de impostos	9 354	(102 294)
Total do imposto do exercício registado em resultados	<u>(1 079 046)</u>	<u>(1 394 611)</u>
Carga fiscal	<u>25,26%</u>	<u>26,99%</u>
Carga fiscal já paga/a pagar:		
Pagamento especial por conta e retenções na fonte	1 119 850	1 437 455
Estimativa de imposto a pagar / (a receber) (Nota 8)	(31 450)	(145 138)

A estimativa de imposto sobre o rendimento registada no exercício de 2021 verificou-se insuficiente em 102 294 euros, tendo este montante sido registado em 2022 como correção ao imposto do exercício anterior. Em 2023, foi registada a diferença positiva para o imposto estimado em 2022, no valor de 9 354 euros.

23. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2023 e 2022 são consolidadas no Banco Santander através da Santander Asset Management UK Holdings Limited (LATCO), a qual detém 100% do capital da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

24. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas Entidades Relacionadas todas as Entidades do Grupo Santander com as quais a Sociedade tem transferência de recursos, serviços ou obrigações, independentemente de haver ou não um débito de preço. São ainda consideradas partes relacionadas o pessoal-chave da gestão da Sociedade ou do acionista e respetivos familiares, bem como qualquer entidade em que estes exerçam posição de controlo, controlo conjunto, influência significativa ou em que possuam, direta ou indiretamente, poder de voto significativo (IAS 24).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e nos exercícios então findos, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados da Sociedade que tiveram origem em operações realizadas com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

2023														
	Banco Santander Totta	Santander Totta Seguros	Santander Pensões	FII's	FIM's	SAM LUX	Santander AM Holding, SL (TOPCO)	Santander Global Tech	AQUANIMA	Gesban	Banco Santander ES	SAM SGHC	SAM UK	Total
Balanço														
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	10 143 221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 143 221
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	121 185	266 024	550 514	56 910	816 459	84 922	-	-	-	-	-	-	-	1 896 014
Outros ativos (Nota 7)	-	15 784	6 868	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 652
Outros passivos (Nota 10)	(41 629)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(530 607)	-	(572 236)
Totais	10 222 777	281 808	557 382	56 910	816 459	84 922	-	-	-	-	-	(530 607)	-	11 489 651
Demonstração dos resultados														
Juros e rendimentos similares (Nota 16)	222 467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	222 467
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 17)	415 694	2 552 442	1 640 207	901 984	8 981 281	84 737	-	-	-	-	-	-	-	14 576 345
Encargos com serviços e comissões (Nota 17)	(1 574)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 033 253)	-	(6 034 827)
Gastos gerais administrativos (Nota 21)	(31 083)	-	-	-	-	-	(389 465)	(128 434)	(23 898)	(256 973)	(129 205)	(7 881)	-	(966 939)
Gastos com o pessoal (Nota 19)	(428 180)	92 143	83 584	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252 453)
Totais	177 324	2 644 585	1 723 791	901 984	8 981 281	84 737	(389 465)	(128 434)	-23 898	(256 973)	(129 205)	(6 041 134)	-	7 544 593
2022														
	Banco Santander Totta	Santander Totta Seguros	Santander Pensões	FII's	FIM's	SAM LUX	Santander AM Holding, SL	Santander Global Tech	AQUANIMA	Gesban	Banco Santander ES	SAM SGHC	SAM UK	Total
Balanço														
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	13 223 519	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13 223 519
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	143 904	469 674	547 179	88 879	741 477	100 423	-	-	-	-	-	-	-	2 091 536
Outros ativos (Nota 7)	-	16 549	6 726	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23 275
Outros passivos (Nota 10)	-	-	(15 055)	-	-	-	(279 446)	-	-	-	-	(559 128)	-	(853 629)
Totais	13 367 423	486 223	538 850	88 879	741 477	100 423	(279 446)	-	-	-	-	(559 128)	-	14 484 701
Demonstração dos resultados														
Juros e rendimentos similares (Nota 16)	1 987	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 987
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 17)	779 811	2 674 755	1 604 017	1 254 862	9 793 553	99 901	-	-	-	-	-	-	-	16 206 899
Encargos com serviços e comissões (Nota 17)	(73 430)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 313 006)	(106 594)	(6 493 030)
Gastos gerais administrativos (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	(279 446)	(144 550)	(22 796)	(245 203)	(73 609)	-	-	(765 604)
Gastos com o pessoal (Nota 19)	(489 952)	90 970	107 017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291 965)
Totais	218 416	2 765 725	1 711 034	1 254 862	9 793 553	99 901	(279 446)	(144 550)	(22 796)	(245 203)	(73 609)	(6 313 006)	(106 594)	8 658 287

Os saldos relativos às remunerações pagas ao pessoal-chave da gestão (administradores) encontram-se divulgadas na Nota 20.

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

Para além das entidades identificadas pelas transações divulgadas na presente Nota, a Sociedade mantém um registo de todas as partes relacionadas (individuais e/ou coletivas) com as quais não se verificaram operações nos exercícios de 2023 e de 2022.

Este levantamento é elaborado de acordo com a IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas, procurando proceder à identificação de relação e transações com partes relacionadas, bem como a manutenção atualizada do respetivo registo.

Em 2023, a Sociedade distribuiu ao seu acionista (LATCO) 7 000 000 euros (Nota 13), relativos ao exercício de 2022.

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos ativos registados pelo custo amortizado constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de apuramento e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor pode ser resumido como se segue:

	31/12/2023				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	10 143 221	-	-	-	10 143 221
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8 427	-	-	8 427
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 4)	-	302 458	-	-	302 458
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	1 960 550	-	-	-	1 960 550
	12 103 771	310 885	-	-	12 414 656

	31/12/2022				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	13 223 520	-	-	-	13 223 520
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	7 495	-	-	7 495
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 4)	-	302 554	-	-	302 554
Ativos de contratos com clientes (Nota 6)	2 298 279	-	-	-	2 298 279
	15 521 799	310 049	-	-	15 831 848

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados inputs não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de crédito é reduzida limitando-se ao Banco Santander Totta, aos fundos geridos e clientes de gestão de carteiras relativamente às comissões de gestão. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, títulos de dívida pública e a comissões a receber dos fundos geridos, cuja liquidação é efetuada por débito em conta pela própria Sociedade e dos clientes de gestão de carteiras.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a funding.

Risco de liquidez

Tendo em conta a atividade que desenvolve, a Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Disponibilidades em outras instituições de crédito ascendia a 10 143 221 euros e 13 223 520 euros, aproximadamente 81% e 82% do ativo líquido da Sociedade, respetivamente. De referir que, em 2023, as contas da Sociedade passaram a ser remuneradas pelo Banco Santander (ver nota 16).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes e que, por esta via, poderão afetar indiretamente os resultados da Sociedade.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber denominados em euros.

26. GESTÃO DE CAPITAL

A Sociedade mantém fundos próprios superiores aos previstos no artigo 31º do Regime de Gestão de Ativos (RGA).

A política de distribuição dos resultados está condicionada pela manutenção de adequados níveis de capital que permitam à Sociedade sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos.

27. FACTOS RELEVANTES

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

A 28 de abril de 2023 foi publicado o Decreto-Lei n.º 27/2023, que aprovou o RGA, com entrada em vigor a 28 de maio de 2023 e que revogou o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC) e o Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado (RJGRESIE). O RGA veio prever uma revisão transversal e integrada destes anteriores diplomas com o objetivo de criar um quadro jurídico unitário e uniformizado. As sociedades gestoras (SG) e os organismos de investimento coletivo (OIC) regulados pelo RGOIC (e pelo RJGRESIE) dispuseram de um prazo máximo de 180 dias a contar da entrada em vigor deste

último, ou seja, até ao dia 24 de novembro de 2023 para adaptação ao RGA, ou seja, até ao dia 24 de novembro de 2023.

Com a publicação do RGA, a Sociedade priorizou a análise cuidada e aprofundada do novo Regime de modo a identificar todas as alterações que têm de ser promovidas, quer ao nível da entidade, quer dos OIC e Carteiras geridos.

A publicação da regulamentação do RGA (RRGA), ocorreu por força da aprovação do Regulamento CMVM nº 7/2023, de 29 de dezembro, prevendo um período de transição de 6 meses. Esta regulamentação importará um esforço adicional no primeiro semestre de 2024 para adaptação da atividade da Sociedade e dos OIC sob gestão às novas disposições, novos reportes e novos modelos de documentos constitutivos.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Relativamente aos ativos sob gestão da Sociedade, os eventos subsequentes foram:

- I. A partir de 1 de janeiro de 2024, está em vigor a alteração da comissão de gestão do fundo Santander Obrigações Curto Prazo (classe A) de 0,5% para 0,6%.
- II. O novo fundo Santander Obrigações 2027 - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações está em processo de constituição e já se encontra autorizado pelo Regulador, CMVM.

Não ocorreram outros eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e devessem ser registados e/ou divulgados.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Asset Management – SGOIC, SA. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 12.525.410 euros e um total de capital próprio de 8.769.614 euros, incluindo um resultado líquido de 3.257.010 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Asset Management – SGOIC, SA em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 dos Organismos de Investimento Coletivo (OICs), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos OICs, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos OICs, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados

Contas, Lda.

Registo de Contas, ROC n.º 952

Registado na CIMVM com o n.º 20160569